



Educomunicação: contribuindo para a valorização da identidade e cidadania de jovens¹ **Fernanda Coelho²**

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

A mídia tem importância fundamental na construção da identidade, em especial a de jovens. Estar na mídia significa “aparecer”. Os jovens, parcela frágil de nossa sociedade, estão na mídia, logo aparecem. O problema está na forma em que aparecem. A juventude, em especial a pobre e negra, está, na maioria das vezes, relacionada aos temas violência e drogas. A comunicação é imposta a esses jovens, eles não têm o seu direito à voz respeitado. Partindo das idéias de Paulo Freire, da comunicação como uma relação entre sujeitos, propomos a educomunicação como instrumento para tornar os jovens mais críticos diante do poder dos meios de comunicação massivos e contribuir para torná-los capazes de representar a si próprios e ao mundo que os cerca.

Palavras – chave: comunicação; educomunicação; identidade; juventude; cidadania.

Introdução

Não é preciso ser grande pesquisador do assunto para perceber a fragilidade da *juventude brasileira*. No primeiro item apresentamos dados que confirmam essa fragilidade e justificam a tomada da juventude como sujeito deste trabalho.

A juventude, em especial a negra e pobre, é recorrentemente personagem de reportagens e notícias policiais. Essa exposição, levando-se em consideração o poder que a mídia tem na formação das identidades e a crise da identidade pela qual passamos, tem efeito catastrófico. Nos itens *Identidade e Identidade juvenil e mídia* discutimos o assunto. Esse é apenas um lado da comunicação, o lado negativo, o lado da construção de estereótipos e do aprisionamento a tais estereótipos. Mas, existe um outro lado, o lado da comunicação dialógica, plural, democrática e libertadora. Essa face da comunicação é apresentada aqui através do *pensamento comunicacional de Paulo Freire*.

No item seguinte a *educomunicação* é proposta como um caminho para conduzir adolescentes a essa comunicação. Acreditamos que a prática do exercício do direito à voz ajuda a formar sujeitos que, em relação uns com outros, constroem conhecimento,

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Mestranda da linha Comunicação e Identidade do mestrado da UFJF. Bolsista FAPEMIG.
fernandahauck@yahoo.com.br.



fortalecem sua cidadania e se tornam menos vulneráveis ao poder dos meios de comunicação massivos.

Juventude no Brasil

O histórico de políticas de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil revela a negligência e o abandono com que, geralmente, se trata a infância e a juventude no país. De acordo com Viviane Massi (2001)³, o caminho para se chegar a conquistas como a elaboração do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, foi longo e árduo. E mesmo depois dessa conquista, os problemas não acabaram. O ECA, além de muitas vezes não ser respeitado, não soluciona todos os problemas de nossos jovens.

A autora explica que desde a chegada dos portugueses ao Brasil até o fim do século XIX o modelo de assistência aos adolescentes foi o caritativo, no qual os abandonados dependiam da caridade e beneficência humanas para sobreviverem. O modelo caritativo não tinha a pretensão de conquistar mudanças sociais e sim de propagar o conformismo dos pobres. As crianças e adolescentes, abandonados e socialmente desfavorecidos, estavam fadados à segregação social, viviam confinados e contidos espacialmente em asilos, tinham seu tempo controlado e eram submetidos às autoridades.

O fim do século XIX e o começo do século XX foram marcados pelo acelerado processo de industrialização do país. Houve então a necessidade de utilização da mão-de-obra feminina e juvenil. A industrialização gerou crescimento demográfico e urbanização. O crescimento do número de indústrias intensificou a pobreza provocando o aumento do número de habitações precárias, como favelas e cortiços. Havia grande quantidade de crianças e adolescentes maltrapilhos e desamparados.

Após a constituição da República, Massi ressalta que houve uma diferenciação ainda maior entre crianças ricas e pobres. As ricas eram preparadas para dirigir a sociedade, enquanto às pobres restava o trabalho braçal. Havia um aparato médico-jurídico-assistencial para prevenir a criminalidade infanto-juvenil, educar para o trabalho e reprimir o “menor delinqüente”. O modelo vigente era o de justiça e assistência a crianças e adolescentes autores de atos infracionais e aí surgiu o termo “menor” para designar os desfavorecidos com menos de 18 anos de idade. A responsabilidade do Estado para com a infância e a juventude se limitava a fiscalizar e



prover auxílios diversos sem ação direta de assistência, e sim uma parceria com particulares e associações.

Atualmente o que podemos perceber é que o modelo caritativo ainda existe no país. Pois, além de algumas medidas socioeducativas não estarem sendo postas em prática como deveriam, algumas instituições de recuperação de adolescentes que cometeram ato infracional não têm atividades pedagógicas, não se preocupam com a escolarização e profissionalização dos jovens e, certas vezes, nem as condições de higiene são adequadas. Medidas são tomadas, como o Bolsa Escola e o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), mas essas têm caráter paliativo, podem amenizar problemas relacionados à educação, mas não os solucionam e tão pouco os evitam. As mudanças devem ser estruturais. A educação deve ser trabalhada de maneira a formar cidadãos, para que as instituições de adolescentes que cometeram atos infracionais tornem-se cada vez menos necessárias e quando necessárias forem, elas devem profissionalizar, educar, trabalhar de forma pedagógica para que esse jovem não reincida no crime. Não é possível recuperar um jovem, com a pretensão de que ele tenha uma vida digna, impondo a ele um regime sem as mínimas condições de dignidade. O que os jovens precisam não é caridade é sim, um projeto político de atendimento. O jovem pobre, o jovem negro, o jovem da favela precisa de oportunidades, precisa de inclusão social, de ter sua identidade valorizada e de atenção do governo e da sociedade.

A violência é outro grave problema que atinge os adolescentes brasileiros. No artigo *Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação*, Jaílson de Souza e Silva (2005) aborda o preocupante aumento do número de assassinatos de jovens no nosso país. Entre 1991 e 2000 o aumento dessas mortes foi de 76%. O fato se agrava quando se trata de jovens negros e de periferia.

A reportagem “Um tiro no futuro”, da revista *Carta Capital* de dezembro de 2006 (edição 424), assinada por Phydia de Athayde, trouxe dados alarmantes sobre a mortalidade juvenil no país. Dentre as conclusões são destacadas três. A primeira: conquistas como a redução da taxa de mortalidade infantil nas últimas duas décadas podem se anular pelo crescimento de 306% nas taxas de homicídios de jovens de até 19 anos. A segunda: a perda de jovens no Brasil deixou de ser um problema de segurança pública para se tornar questão de saúde pública. A terceira: a taxa de mortalidade por arma de fogo é de 43,01 por 100 mil jovens entre 15 e 24 anos; em um ranking mundial desse tipo de morte, o Brasil ocuparia o primeiro lugar. Esses números alarmantes estão



relacionados a fatores como a desigualdade social e a má distribuição de renda que mantém o país dividido.

Levando em consideração os dados acima, o professor Jaílson de Souza e Silva (2005), que foi morador da favela da Maré no Rio de Janeiro e hoje é integrante do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), sintetiza: ser negro, jovem e morador da periferia ou da favela é portar um *kit estigma* que gera um risco cotidiano de perder o direito mais fundamental do ser humano, o de sobreviver. Segundo Silva, encontrar caminhos para combater esse fenômeno talvez seja a questão mais relevante para a construção de uma vida mais digna e humana nos grandes centros brasileiros atuais. E na busca de melhor se compreender este fenômeno, cabe levar em devida conta o papel dos grandes meios de comunicação na difusão de uma representação estigmatizante da juventude negra e pobre.

Identidade

Para entender o papel e o impacto dos meios de comunicação no processo de formação e transformação dos grupos identitários, é fundamental refletirmos sobre a identidade e sobre a “crise das identidades” na contemporaneidade.

No livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2002) considera que um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas desde o final do século XX. Hall explica que está havendo uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações enquanto indivíduos sociais. Stuart Hall considera que tais transformações estão mudando também nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados.

Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. (HALL, 2002, p.9)

Para Hall, o processo de mudanças, ou de “crise de identidades”, está inserido no contexto da globalização. Para definir a globalização, Hall usa as bases de Anthony McGrew (1992). Para Grew, a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando



comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

Segundo o pesquisador Aluizio Ramos Trinta (2007), a perda de identidade, de que tantos padecem, angustia e deprime, conduzindo o cidadão moderno a tentar obter, nos meios de comunicação de massa, além de informação e entretenimento, identificações e projeções possíveis, com relação a pessoas, personalidades e personagens, sejam reais, sejam imaginários.

No artigo *Imagem e Identidade: memória e representação no discurso midiático* (2007), Iluska Coutinho e Jorge Felz citam o pesquisador Zigmunt Bauman, para o qual o processo identitário é localizado na atualidade como uma narrativa/busca que se desenrola em um mundo marcado pela velocidade, pela fragilidade da segurança e das oportunidades, denominado por ele de “modernidade líquida”. Nesse cenário, explicam Coutinho e Felz, as identidades convencionais que não permitem negociação não teriam espaço e nem pertencimento, este um termo caro para a discussão do tema.

A era da globalização, apontada por Hall como uma sociedade de mudança constante, rápida e permanente, é caracterizada também pelo estabelecimento da “sociedade da informação”. E, nessa sociedade em que a informação torna-se um capital tão valioso, a mídia, enquanto veiculadora de informações, tem fundamental importância na construção das identidades.

Apesar de o direito à informação ser assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Brasileira de 1988 e o direito à comunicação ser garantido por acordos internacionais, muitas vezes, eles se limitam à teoria. É o que acontece com os jovens oriundos das camadas populares da sociedade que têm seu direito à comunicação limitado a verem-se representados nas páginas policiais dos jornais.

Partindo da contribuição de Cicília Peruzzo (2006), que considera que a prática da cidadania não reside apenas no acesso à informação, mas também no acesso ao *poder de comunicar*, sendo uma condição para ampliação da cidadania, a **educomunicação** aparece como uma alternativa para deslocar os adolescentes do papel exclusivo de receptores para emissores de informação, contribuindo assim, para sua cidadania.

Identidade juvenil e mídia



A cada dia torna-se mais claro o papel da mídia enquanto formadora de opiniões, conceitos e pré-conceitos. As representações midiáticas têm grande importância na determinação de comportamentos e de padrões de consumo. Assim, aqueles que não estão enquadrados nos padrões que a mídia dissemina, são estigmatizados e excluídos.

A mídia atua de forma decisiva na construção da identidade juvenil. Essa atuação tem ainda maior poder quando nos referimos à juventude pobre. Em seu artigo *Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais*, a pesquisadora Denise Cogo (2004) aponta três cenários para reflexão sobre mídia e identidades culturais. O primeiro deles é o das mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais, o segundo refere-se às estratégias e políticas de visibilidade midiática das experiências identitárias dos movimentos sociais e o último deles é o cenário das demandas por cidadania. No primeiro desses três cenários, das mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais, Cogo aponta que:

mais do que meros dispositivos técnicos, mídias como televisão, o rádio ou a internet passam a atuar como instâncias que atribuem visibilidade às ações de outros campos sociais e instituições e propõem e asseguram modos próprios de existência e estruturação de realidades pertinentes a esses campos. (COGO, 2004, p.43)

A partir da colocação da pesquisadora podemos inferir o poder que a mídia tem em relação àqueles que não são agentes dela. A juventude pobre enquadra-se bem nesse perfil. Os jovens moradores de periferias viram notícias, na maioria das vezes, apenas sob o pano de fundo da violência. Se a primeira ligação que a sociedade faz em relação aos jovens das favelas e periferias é com a violência, a miséria econômica e cultural, muito se deve à mídia. Dessa forma, o local onde o jovem mora torna-se fator decisivo para definir em qual editoria do jornal aparecerá.

Cogo lembra a pesquisadora Cicilia Peruzzo, segundo a qual, embora as demarcações geográficas contribuam para a configuração do local, elas são imensuráveis, no que se refere à cobertura e aos efeitos das mídias, por se somarem “às demais singularidades, identidades e diversidades sócio-culturais, históricas, ecológicas, econômicas, de comunicabilidade etc.; que ajudam a constituir o espaço local ou o comunitário”. Peruzzo atenta, ainda, para o caráter relacional que assume a noção de local no cenário comunicacional contemporâneo.

Segundo Cogo, os cenários das mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais e o das estratégias e políticas de visibilidade midiática das



experiências identitárias dos movimentos sociais – apontam para a relevância da reflexão sobre as reconfigurações de um terceiro cenário: o das demandas por cidadania.

Para Silva (2007), no texto *A violência da mídia*, a mídia contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados. De acordo com o professor Jaílson de Souza e Silva, é preciso atentar para o processo de construção e reconhecimento da identidade do jovem na cidade, assim como os pressupostos “adultocêntricos” dos discursos, que tratam a juventude, em especial a pobre, apenas na condição *problema social* e, portanto, *objeto da ação* do Estado ou das instituições sociais. Processo esse alimentado, em grande medida, pelos meios de comunicação.

O jovem oriundo das classes menos favorecidas, além de tantos direitos não respeitados, também não tem acesso ao direito à comunicação. Não se vê nos meios massivos (salvo em casos de violência e tráfico de drogas) e tão pouco tem acesso à produção de informação. O jovem pobre, em geral, não tem acesso a uma comunicação democrática, não intervém no processo de produção de conhecimento e tão pouco é retratado de forma condizente com sua realidade.

Qualitativamente, conforme Muniz Sodré (2005), democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é, aqui, uma voz qualitativa. Segundo Sodré, a noção contemporânea de minoria refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc.

Minoria, conforme Sodré, é uma recusa de consentimento, é um conceito que deve ser inscrito no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria. Assim, podemos enquadrar os jovens brasileiros no conceito de minoria de Sodré. Os meios de comunicação são hoje, uma das maiores instâncias de poder e, os jovens, de forma geral, estão excluídos e submetidos a esse poder. Ainda seguindo o raciocínio de Sodré é preciso, portanto, que essa minoria busque formas alternativas de exercer o poder o quê, nesse caso, significa ter direito à comunicação.

Côgo (2004) destaca que o pensamento pedagógico-comunicacional do educador brasileiro Paulo Freire, portanto, não perdeu vigência quando se trata da formulação de



estratégias e políticas de visibilidade midiática operadas a partir da noção de um conhecimento, que, para Freire, “é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo”, e em uma comunicação que se define “como a situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas ao invés de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo” (p.27). No item seguinte trataremos um pouco mais sobre o pensamento comunicacional de Paulo Freire.

O pensamento comunicacional de Paulo Freire

Para construirmos uma comunicação igualitária podemos partir das idéias de Paulo Freire. Conforme o autor, a comunicação não existe se não através do diálogo. Em *A atualidade do conceito de comunicação de Paulo Freire*, de Venício Lima (2004) algumas contribuições importantes de Freire são lembradas. O pesquisador diz não a comunicação instrumental, transmissiva, e valoriza aquela no sentido de ter em comum, compartilhar, estar conectado pela mesma teia simbólica construtora de sentido, em um contexto histórico desigual e contraditório.

Contrapondo a comunicação à transmissão, Freire argumenta que comunicação é a co-participação de sujeitos no ato de conhecer e que a extensão implica transmissão, transferência, invasão. Freire não atribui à extensão o mesmo sentido neutro que geralmente lhe é atribuído nos modelos behavioristas da Manipulação e da Persuasão. Na verdade, ele encara a transmissão como algo que impede o conhecimento.

Para Freire os seres humanos não são objetos (por natureza), mas Sujeitos criativos. Eles podem ser tratados como objetos por sistemas sociais opressivos, isto é, podem ser desumanizados, porém isso não altera a “vocação ontológica” do indivíduo, que é a de ser Sujeito, consciente de si mesmo e que interage com o mundo e com os outros indivíduos.

A visão que Freire tem do ser humano como um Sujeito em relação com o mundo implica uma concepção das relações entre as pessoas que fundamenta a compreensão de seu conceito de comunicação. O pesquisador valoriza o diálogo, a comunicação e a relação Eu-Tu não enquanto uma dimensão do ego, mas como a realidade existencial e ontológica na qual o ego é criado e através da qual satisfaz e autentica a si mesmo.

Freire argumenta que o mundo social humano não existiria se não fosse capaz de comunicar e prossegue afirmando que o mundo dos seres humanos é um mundo de



comunicação. Os seres não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o indivíduo à condição de ‘coisa’. Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado.

Comunicação implica um diálogo entre Sujeitos mediado pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. A mais nova e ao mesmo tempo a mais antiga revolução, porque permanente, refere-se à redescoberta da comunicação humana como diálogo em oposição à comunicação como monólogo, identificada com a manipulação e a persuasão.

Freire profetiza que “o homem que emerge [do processo de libertação] é um novo homem, viável somente quando a contradição opressor-oprimido é superada pela humanização de todos os homens”. No item seguinte abordamos a educomunicação, método que pode se constituir em uma forma de resistência, em forma de exercício do direito à comunicação dos jovens, enquanto minoria, frente ao poder estabelecido pelos meios de comunicação massivos no Brasil.

Educomunicação

Neste item discutiremos a educomunicação. A proposta embora já utilizada por Mario Kaplún, apenas recentemente vem ganhando notoriedade. Para Kaplún a educomunicação, termo cunhado nos anos 70, pode ser entendida como a Leitura Crítica dos Meios. Segundo o teórico, o sentido e a aplicação da comunicação é muito maior do que o modelo de massa ao qual os países da América Latina são expostos. Kaplún, ao enxergar que a comunicação não procede senão em um diálogo, foi ainda mais fundo e esboçou o que seria uma rede de comunicação, assim como sua eficiência.

Para o pesquisador, a comunicação tem o papel de formar e organizar as pessoas. Tal organização e formação são parte do processo de educar. Desse modo, ao longo de sua trajetória como teórico e defensor da educomunicação, Kaplún percebeu a intensa ligação entre essas duas ciências (educação e comunicação), que são interdisciplinares e indissociáveis.

Este texto aspira a converterse en un instrumento de trabajo de aquellos comunicadores y estudiantes animados por una inquietud educativa; de quienes ven la Comunicación no sólo como una profesión y un medio de vida sino como algo más: como un servicio a la sociedad. Una práctica profesional así



entendida no sólo requiere conocer y dominar los recursos mediáticos; necesita sustentarse en una pedagogía comunicacional. (KAPLÚN, 1998, p.6)

O teórico critica o modelo de comunicação predominante. Modelo esse que não concede aos movimentos populares a característica de diálogo plural e constante. O modelo “emissor - receptor”, de acordo com o pesquisador, soa falso. Não estabelece uma forma de comunicação, apenas transmite uma informação. “La verdadera comunicación no está dada por un emisor que habla y un preceptor-recipiente que escucha, sino por dos seres o comunidades humanas que dialogan (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales)” (KAPLÚN, 1984, p.14).

O mesmo acontece com o modelo educacional tradicional. O educador é quem detém a palavra e o conhecimento, a ser dividido e escutado pelos estudantes. É o que Paulo Freire (1977), no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, chamou de educação bancária. “Na educação bancária, o aluno é o banco onde o mestre deposita o seu saber que vai render largos juros, em favor da ordem social que o professor representa. Esta educação é um dos aspectos, e fundamental, da sociedade” (FREIRE, 1977, p.16). Quanto a esse modelo de educação Paulo Freire foi enfático:

Há que erradicá-la da face da terra, o mais rápido possível. Nesta educação vertical, hierárquica, autoritária, tudo se processa para imposição de um saber, pois que o professor sabe tudo e o aluno nada sabe e assim aceite, sem pestanejar, as normas que o Poder impõe. Procura-se, deste modo, desacreditar, extinguir, nos jovens, o espírito crítico, de liberdade e de responsabilidade e até a consciência da cultura e da identidade nacionais. (FREIRE, 1977, p.17)

No livro *Educomunicação e Mídias*, Rossana Viana Gaia (2001) cita Paulo Freire, autor que tornou sua prática pedagógica um ato político e destacou, reiteradas vezes, que a prática de ensinar deve ser sobretudo uma comunicação, um diálogo. Para Freire, a prática de ensinar não deve ser considerada transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

Para Raquel Paiva (2005) configura-se cada vez mais um ambiente em que as lutas sociais são norteadas pelas premissas da aparição midiática. A espetacularização assume estatuto planfetério, portanto, para existir, é preciso aparecer. A hibridação, nesse caso, parece a única saída possível e algumas tentativas têm sido feitas nessa direção.

Paiva acredita que o imenso esforço que a comunidade científica faz em direção ao entendimento de educação e mídia deve ser considerada. Segundo ela, muitas são as tentativas, geralmente norteadas pela máxima de ensino à distância, premissa realizável



graças ao desenvolvimento tecnológico, que não substitui, sob nenhum aspecto, o ensino presencial nem o que se espera do propósito educacional, mas pode, efetivamente, complementá-lo com bastante propriedade. Entretanto, há muito ainda que pensar e tentar com relação às outras mediações. E o momento reivindica todos nós com urgência nesse exercício.

Considerações Finais

Os jovens brasileiros, em especial os pobres e negros, conforme pesquisa apresentada, são as maiores vítimas e agentes da violência. Com isso, eles ganham as páginas policiais dos jornais e acabam sendo vistos como “problema social” pela sociedade.

Não defendemos aqui que notícias sobre jovens e drogas ou violência não sejam divulgadas, mas sim, que a vida desses jovens não está limitada a isso. Por isso, acreditamos ser importante lutar por uma comunicação plural e democrática.

A mídia massiva, em geral, não oferece espaço para que o cidadão, em especial o jovem, participe do processo comunicativo. Assim, a busca por meios alternativos de comunicação é importante. O pesquisador Mario Kaplún acredita que a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia.

Acreditamos, partindo das contribuições de Paulo Freire, que a comunicação precisa ser estabelecida através de um diálogo e, através desse diálogo e da relação entre sujeitos, o processo se humaniza, gera conhecimento e torna-se libertador.

Neste sentido, a **educomunicação** aparece como uma alternativa para deslocar os adolescentes do papel de receptores passivos para emissores de informação e cultura, contribuindo assim, para o exercício de sua cidadania.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, Phydia de. *Um tiro no futuro*. Revista Carta Capital. Ano XII, nº 424, 20 de dezembro de 2006.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Hacker, 2001.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Vozes cidadãs** - Aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara, 2004, v. 1.



COUTINHO, Iluska; FELZ, Jorge. Imagem e Identidade: memória e representação no discurso midiático. In: COUTINHO, Iluska, SILVEIRA JR., Potiguara Mendes da (Orgs.). **Comunicação: tecnologia e identidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GAIA, Rossana Viana. **Educomunicação e Mídias**. Maceió: EDUFAL, 2001.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KAPLÚN, Mario. **Comunicación entre grupos** – El método de cassette-foro. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

_____. **Una pedagogía de la comunicación**. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

LIMA, Venício A. de. **A atualidade do conceito de comunicação de Paulo Freire**. In : Mídia: Teoria e Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MASSI, Viviane Pereira. **Comunicador pelos direitos da infância e da juventude, estudo de caso em Juiz de Fora**. 2001. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

PAIVA, Raquel. Mídia e Política de Minorias. In: Raquel Paiva de Araujo Soares; Alexandre Barbalho. (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia Comunitária, Liberdade de Comunicação e Desenvolvimento. In: INTERCOM, 2002, São Paulo. **Anais...**São Paulo:2002, .p. 40-54.

_____. Comunicação como Direito. In: IV Encontro Regional de Comunicação, 2006, Juiz de Fora. **Palestra**. Juiz de Fora: 2006.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Jaílson de Sousa e. **Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação**. Disponível em: <www.fazendomedia.com/novas.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2007. ISBN 151105.

_____. A violência da mídia. In: PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência: novas tendências de cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: CESeC, 2007. Paginação irregular.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: Raquel Paiva de Araujo Soares; Alexandre Barbalho. (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

TRINTA, Aluizio Ramos. Identidade, identificação e projeção: telenovela e papéis sociais, no Brasil. In: COUTINHO, Iluska, SILVEIRA JR., Potiguara Mendes da (Orgs.). **Comunicação: tecnologia e identidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.